



APROXIMAÇÕES ENTRE NIETZSCHE E A DECOLONIALIDADE: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO CRÍTICA

PAMELA CRISTINA GOIS¹

RESUMO: Nietzsche criticava a Alemanha por importar elementos da cultura francesa, o que, em sua visão, a tornava um país de “filisteus da cultura”. De modo análogo, observa-se atualmente, nos países que foram submetidos à dominação europeia, uma ideologia marcada pela supervalorização do que é externo. Contudo, há uma particularidade nos territórios invadidos: nesses contextos, a valorização cultural foi imposta como projeto político, destinado a inferiorizar e silenciar as tradições locais. Assim, a presente investigação filosófica busca ir além da crítica nietzschiana, examinando a aplicabilidade de suas reflexões à sociedade contemporânea, especialmente no que concerne à cultura dos povos historicamente subjugados pelo sistema colonial no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Nietzsche. Brasil. Espírito cativo. Espírito livre. Filosofia Decolonial.

ABSTRACT: Nietzsche criticized Germany for importing elements of French culture, which, in his view, rendered it a nation of “cultural philistines.” Analogously, one can observe today, in countries that were subjected to European domination, an ideology characterized by the overvaluation of what is external. However, there is a particularity in the invaded territories: in these contexts, cultural valorization was imposed as a political project, aimed at degrading and silencing local traditions. Thus, the present philosophical investigation seeks to move beyond Nietzsche’s critique, examining the applicability of his reflections to contemporary society, particularly with regard to the culture of peoples historically subjugated by the colonial system in Brazil.

KEYWORDS: Nietzsche. Brazil. Captive spirit. Free spirit. Decolonial philosophy.

O trabalho parte da hipótese de que o espírito livre pode florescer na contemporaneidade. Para isso, torna-se necessária uma renovação e um distanciamento da tradição de matriz ocidental, que historicamente contribuiu para a consolidação do caráter universalista do conhecimento. O espírito livre, enquanto tipo filosófico, é mobilizado por Nietzsche em oposição aos pensadores de sua época, que ele considerava dogmáticos e metafísicos. Assim, este artigo propõe discutir esse conceito, especialmente em relação à sua

¹Professora de História pela Secretaria Municipal de Educação de Mariana (SEMED). Doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: pamy_gois@yahoo.com.br.

antítese — o espírito cativo — e às implicações que tal oposição pode assumir no contexto atual.

Embora, apresentado por Nietzsche na *Terceira Extemporânea*, Schopenhauer educador, o tipo filosófico do espírito livre ganha conotações adicionais em *Humano, Demasiado Humano*. Em suma, nas palavras do pesquisador francês Guillaume Métayer:

A liberdade do espírito, libertação controlada que se sucede a uma longa obrigação é, ela também, uma forma dual, totalmente irônica. O espírito livre carrega ainda há muito tempo os hábitos da leveza e os reflexos da graça ao mesmo tempo em que o peso e o ranger das correntes. (MÉTAYER, 2022, p. 183).

Em 1886, Nietzsche refletiu sobre a possibilidade de o espírito livre nascer em tempos futuros². Porém, para que isso possa acontecer, ele coloca como condição fundamental o aniquilamento das correntes que aprisionam a cultura aos interesses de determinados grupos, a saber, especialmente aqueles ligados ao Estado e à Igreja. Esses grupos se posicionam, ao longo da história, como potências civilizatórias. Assim sendo, pretende-se investigar aqui uma hipótese de pesquisa que, em meio a uma discussão atual, traz a ideia nietzschiana de espírito livre, colocada pelo próprio filósofo como algo possível para além de seu tempo. Desse modo, busca-se investir na possibilidade de pensar a emergência desse tipo filosófico em meio às práticas contemporâneas e antidogmáticas de militância e resistência aos saberes eurocêtricos hegemônicos em nossa cultura, a saber, a partir de uma filosofia decolonial.

Defende-se aqui que o eurocentrismo encontra-se diretamente associado aos chamados por Nietzsche de “espíritos cativos”, isto é, à influência negativa da cultura europeia que se impõe como suprema. Nesse sentido, ressalta-se que

o eurocentrismo (como conhecimento imperial cujo ponto de origem foi a Europa) poderia ser encontrado e reproduzido nas colônias e ex-colônias, assim como em locais que não foram diretamente colonizados (rotas de dispersão). O eurocentrismo é, por exemplo, facilmente encontrado na Colômbia, no Chile ou na Argentina, na China ou na Índia, o que não significa que esses lugares são, na sua inteireza, eurocêtricos (MIGNOLO, 2017, p. 12).

Nota-se que tal imposição não implica na anulação integral das culturas que, em maior ou menor grau, estabelecem contato ou incorporam elementos eurocêtricos. Ainda que persistam resquícios do eurocentrismo, nenhum povo consente que toda a sua história e seus referenciais culturais sejam apagados em nome de outra tradição. Diversos movimentos de resistência asseguram a preservação de dimensões específicas ligadas a saberes e costumes

² Cf.: HH I, § prólogo, pp.8-9.

próprios. Nesse sentido, torna-se imprescindível resgatar os conhecimentos silenciados ou ocultados pela *colonialidade do poder*³ e do *saber*⁴, de modo a possibilitar a conquista de uma autêntica liberdade de espírito.

Assim, considerando que as práticas decoloniais exigem um pensamento desvinculado do Estado, da Igreja e de suas instituições, este artigo propõe analisar em que medida as esferas de resistência contemporâneas oferecem meios propícios para o surgimento e o cultivo do espírito livre em oposição ao espírito cativo.

1. O homem moderno enquanto espírito cativo

O metafísico, em essência, nega a vida. A partir de determinado estágio do desenvolvimento cultural do Ocidente, passa a firmar compromissos morais e intelectuais vinculados ao cristianismo institucional ou, alternativamente, aos interesses do Estado. Em *Humano, demasiado humano I* (HH I), Nietzsche caracteriza esse tipo de espírito como cativo.

No âmbito da crítica profunda à ideia de modernidade que perpassa as obras de Nietzsche, observa-se que ele evidencia diversos problemas de seu tempo. Sua filosofia permite perceber que a concepção de modernidade encerra inúmeros contrassensos. Contrariamente ao que se proclama, o homem moderno não alcançou qualquer progresso efetivo. O europeu ocidental, longe de corresponder ao modelo de ser humano almejado pelo filósofo, revela-se como um indivíduo mesquinho que, de forma pretensiosa, autodenominou-se moderno.

Proporemos, a partir deste momento, uma aproximação entre Nietzsche e a chamada filosofia decolonial, com o objetivo de refletir sobre as possibilidades de estabelecer um diálogo entre a crítica nietzschiana da modernidade e a crítica decolonial. Esta última também se empenha em desmistificar a ideia de superioridade intelectual atribuída à Europa, mas articulando tal crítica em paralelo às práticas de invasão e dominação.

Nietzsche considera o espírito cativo como a principal figura presente nos círculos intelectuais de seu tempo, mas que é inteiramente subordinada aos valores vigentes. Em outras palavras, o espírito cativo constitui o maior representante e defensor dos valores morais predominantes nas sociedades modernas — valores que, segundo o filósofo, se contrapõem a uma vida criativa e vigorosa. Caso não consiga libertar-se, o ser humano permanecerá prisioneiro da tradição à qual sua cultura está condicionada, assim como o livre-pensador, o

³ De acordo com Quijano (2005), tal fenômeno deve ser compreendido como consequência do colonialismo — prática instaurada pelos europeus a partir das grandes navegações, que culminou no domínio, na escravização e na exploração de diferentes povos, especialmente na África, Ásia e América. Para o autor, a chamada colonialidade do poder constitui-se como desdobramento direto desse processo histórico de colonização.

⁴ Conf. Lander, 2005.

erudito e o filisteu da cultura, analisados nos escritos do jovem professor Nietzsche, sobre tudo nas *Extemporâneas*⁵. Agora, todas essas figuras se fundem no tipo espiritual denominado em *HH I* como espírito cativo. Este caracteriza-se como alguém que jamais questiona aquilo que lhe foi dado enquanto imperativo pelas concepções epistemológicas do Ocidente, mantendo-se submisso aos interesses das massas. Dessa forma, tal tipo

Não assume uma posição por esta ou aquela razão, mas por hábito; ele é cristão, por exemplo, não por ter conhecido as diversas religiões e ter escolhido entre elas; ele é inglês, não por haver se decidido pela Inglaterra, mas deparou com o cristianismo e o modo de ser inglês e os adotou sem razões, como alguém que, nascendo numa região vinícola, torna-se bebedor de vinho. Mais tarde, já cristão e inglês, talvez tenha encontrado algumas razões em prol de seu hábito; podemos desbancar essas razões, não o desbancaremos na sua posição. Se obrigarmos um espírito cativo a apresentar suas razões contra a bigamia, por exemplo, veremos se o seu santo zelo pela monogamia é baseado em razões ou no hábito. Habituar-se a princípios intelectuais sem razões é algo que chamamos de fé (*HH I*, § 226, pp. 144-145).

Esse retrato do espírito cativo remete àquele que crê em tudo o que lhe foi conferido como valor supremo. Não obstante, ele também acredita que esses valores devem ser colocados como um bem maior, universal. Ele não faz escolhas de maneira livre, não cria meios para observar outras perspectivas além daquelas que lhe foram impostas sob o signo do verdadeiro e do bom. Por hábito, não questiona; apenas segue o rebanho que o cerca. Ao se deparar com novos conhecimentos, os nega pela certeza de que apenas aquilo que cultivava em seu interior remete ao moralmente bom e que, portanto, deve ser preservado como uma espécie de verdade divina. Assim, também “o ‘espírito cativo’, definido por sua concepção utilitária da verdade, se sente intuitivamente em perigo diante dos princípios do ‘espírito livre’” (MÉTAYER, 2022, p. 191).

Como visto, se o espírito livre é um tipo que surgiria em tempos posteriores ao de Nietzsche, o cativo é alguém a quem o filósofo estava habituado a observar de perto. Ele ainda é predominante no Ocidente, pois permanece sendo cultivado por todos os meios de controle da cultura, a saber, as instituições do Estado e cristãs. Todos esses em conformidade com o mesmo fim: o controle social e o acúmulo de riquezas. Assim, é oportuno para essas instituições hierarquizadas que não existam indivíduos capazes de questionar suas ordens, eles devem estar sempre dispostos a obedecê-las. Ainda mais, aquele que é um espírito livre será rejeitado nesse

⁵ Escritas entre 1873 e 1875. Constatava-se, nesses escritos, que o jovem professor já demonstrava pretensões singulares em direção a uma filosofia autêntica, desvinculada das controvérsias predominantes em seu meio intelectual, sobretudo no que se refere à formação cultural de sua época. Por meio de seus projetos de escrita, o filósofo evidencia um desejo de renovação cultural, orientado pelo afastamento dos moldes tradicionais da chamada cultura erudita e pela proposição de caminhos alternativos de reflexão e criação.

meio, visto como imoral, pois é alguém que descontinuou tudo aquilo que lhe foi empregado como supremo. Para que se possa entender melhor esse caminho entre ser livre ou ser cativo, observe-se a seguinte passagem de Nietzsche:

O ambiente em que é educada tende a tornar cada pessoa cativa, ao lhe pôr diante dos olhos um número mínimo de possibilidade. O indivíduo é trabalho pros seus educadores como sendo algo novo, mas que deve tornar uma *repetição*. Se o homem aparece inicialmente como algo desconhecido, que nunca existiu, deve ser transformado em algo conhecido, já existente. O que se chama de bom caráter, numa criança, é a evidência de seu vínculo ao já existente; pondo-se ao lado dos espíritos cativos, a criança manifesta seu senso de comunidade que desperta; é com base neste senso de comunidade que ela depois se tornará útil ao Estado ou classe (HH I, § 228, p. 146).

Aqui, o filósofo chama a atenção para o fato de a educação obter êxito na maioria das vezes. Ou seja, via de regra o educando se torna alguém moldado segundo os valores e interesses de determinados grupos que o educam, transformando-se, assim, em um espírito cativo. Dessa forma, torna-se incapaz de questionar aquilo que lhe foi imposto como norma. Pensando em uma cultura inteira, a mesma regra se aplica: todo o Ocidente foi estimulado pelas instituições do Estado e do cristianismo a reproduzir uma cultura submissa. Aquele que pensa por si próprio é banido de seu grupo, colocado como desprovido de um caráter considerado moralmente bom, e deve pagar por isso. Pois bem, o tipo que pensa por si próprio é justamente aquele que encontrou a liberdade de espírito: libertou-se do rebanho de cativos e criou sua própria moralidade, mantendo-se distante dos valores determinados hierarquicamente. Nota-se, mais uma vez, o poder que a educação exerce sobre o indivíduo, algo também debatido nos escritos do jovem professor Nietzsche, sobretudo, nas conferências intituladas *Sobre o Futuro dos Estabelecimentos de Ensino* (EE)⁶.

As instituições educacionais reproduzem os valores cristãos e os interesses sociais de uma burguesia governante. Tal modelo mostrou-se muito exitoso e projetou-se para além das fronteiras europeias. Com os desdobramentos do processo de colonização, tais concepções se expandiram e se impuseram a outros povos. Em outras palavras, todas as instituições que outrora predominavam apenas nesse continente foram impostas no processo de invasões coloniais e, com elas, os seus valores disciplinares. Portanto, uma vez que tais instituições permanecem inalteradas em relação à preservação de seus ideais de doutrinação, a crítica feita por Nietzsche mantém seu alcance estendido até os nossos dias.

⁶ Cinco Conferências apresentadas ao seu alunado da Universidade da Basileia no ano de 1872, traduzidos no Brasil do francês no livro: *Escritos sobre a Educação*.

O tipo cativo caracteriza-se, na perspectiva nietzschiana, como um tipo submisso: carrega consigo todos os valores oriundos da Europa. Com as invasões coloniais, tais valores espalharam-se por povos que eram alheios a toda essa estrutura de poder. A partir de Nietzsche, também podemos inferir que o tipo cativo não pensa em uma diversidade epistemológica, apenas reproduz aquilo que lhe é dado por seu meio. Essa diversidade se caracteriza por variados saberes, que buscam uma compressão do mundo não centrada no pensamento cristianizado do eixo norte-europeu e, atualmente, também norte-americano⁷. Contudo, o filósofo não citou uma compreensão para além da Europa enquanto alternativa àquilo que ele compreende como um problema na epistemologia ocidental, pois certamente não possuía instrumentos suficientes em sua época para tal análise⁸.

Nietzsche é um filósofo europeu em uma época em que a cultura do seu povo era exaltada pelo nacionalismo e pelo historicismo e, inclusive, estava sendo amplamente difundida através das invasões coloniais. No entanto, ao contrário da tradição que lhe cercava, ele já observa com total desconfiança a cultura europeia e o seu pensamento racional imposto. De fato, apesar de ele não estabelecer crítica ao colonialismo europeu, seu olhar é de um diagnóstico negativo para a imposição de um tipo de pensamento que se impunha como universal no Ocidente.

Os pesquisadores decoloniais Grosfoguel e Bernardinho-Costa, no artigo intitulado “Decolonialidade e Perspectiva Negra”, definem uma característica crucial para se entender o início da chamada modernidade: o colonialismo pautado na ideia de raça, que tem por objetivo um domínio capitalista e o controle cultural dos povos subjugados. Em complemento a isso, destaca-se que “esse padrão de poder não se restringiu ao controle do trabalho, mas envolveu também o controle do Estado e de suas instituições, bem como a produção de conhecimento” (GROSGOUEL; BERNADINHO-COSTA, 2016, p.17). Pois bem, Nietzsche sabe que aquilo que ele desenha a partir da Europa que lhe cerca não se restringe a ela. Se, por um lado, tal como o filósofo denuncia, o pensamento universalista se impôs ao mundo ocidental, por outro, justamente por causa de seu contexto, Nietzsche não notara isso a partir da perspectiva de uma

⁷ Referentes aos países França, Inglaterra, Alemanha e Itália. Cf.: GROSGOUEL, 2016.

⁸ Ressalta-se que o filósofo retoma a Grécia pré-socrática, anterior à exaltação de um tipo de racionalidade difundida em seu meio intelectual, como alternativa ao conhecimento que, em seu entendimento, limitava o espírito humano. Contudo, é plausível considerar a filosofia de Nietzsche em um contexto mais próximo de nós, sem a necessidade de recorrer àquela Grécia trágica, a partir da qual o filósofo acreditava ser possível libertar-se de toda forma de doutrinação do espírito à qual sua época estava submetida. Outro ponto significativo ainda em aberto refere-se à maneira como essa Grécia, tão admirada por Nietzsche, foi influenciada pela cultura de Kemet, atual Egito.

supremacia branca-europeia e racista, tal como os pensadores decoloniais compreenderão mais tarde.

Em contraposição a esse diagnóstico negativo resultante da modernidade, a decolonialidade — enquanto movimento surgido na América Latina — destacou-se como pioneira na produção intelectual que busca formular antídotos para a colonialidade, isto é, para o racismo institucional e estrutural, bem como para as epistemologias derivadas das imposições do colonialidade do poder e do saber. Em outras palavras:

A “colonialidade” é um conceito que foi introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990 [...]. Quijano deu um novo sentido ao legado do termo colonialismo, particularmente como foi conceituado durante a Guerra Fria junto com o conceito de “descolonização” (e as lutas pela libertação na África e na Ásia). A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada (MIGNOLO, 2017, p.2).

No entanto, seus autores não deixam de reconhecer como decoloniais também os sujeitos que resistiram ao sistema de outras formas, que não a escrita intelectual. Sendo assim, “a decolonialidade consiste também numa prática de oposição e intervenção, que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492” (BERNADINHO-COSTA, GROSGOUEL, 2016, p.17). Portanto, de um modo geral, ao mesmo tempo em que a Europa obteve sucesso enquanto colonizadora, é preciso ressaltar que sempre houve resistência a esse sistema. A colonialidade do poder e do saber, portanto, é resultado do colonialismo — isto é, das invasões europeias em sua totalidade —, que deixou marcas profundas nas sociedades submetidas ao seu domínio.

Aqueles que ainda hoje permanecem vinculados aos interesses do Estado e da Igreja continuam perpetuando o ideal colonialista. Em *Humano, demasiado humano I* (HH I), o homem moderno ocidental é caracterizado por Nietzsche como um representante do espírito cativo, que compõe justamente a maioria em uma sociedade obediente às normas e hierarquias. Assim, o espírito cativo é aquele que segue as regras estabelecidas por um grupo de poder por meio da educação que recebeu, seja da família, do Estado ou do cristianismo enquanto instituição. Aquele que resiste a esse sistema é justamente o seu oposto, podendo ser chamado de espírito livre. Este carrega consigo uma militância que nunca cessa, estando sempre em confronto com as imposições morais, culturais, ideológicas e epistemológicas de seu meio.

Segundo a perspectiva decolonial, a modernidade acontece junto com o colonialidade. Em outras palavras, a principal virada do pensamento decolonial foi perceber que a modernidade, entendida como um período histórico, só pode ser compreendida junto de sua face oposta. Essa face não se limita ao colonialismo em si, mas abrange todo o conjunto de práticas e estruturas que constituem a colonialidade e definem a modernidade. Aquele que não estava em território europeu foi considerado atrasado e, portanto, não moderno. Com esse mito da modernidade que gerou “classificações dos povos do mundo, houve também um processo de dissimulação, esquecimento e silenciamento de outras formas de conhecimento que dinamizavam outros povos e sociedades” (BERNADINHO-COSTA, GROSGOUEL, 2016, p.18). Nos moldes nietzschianos, pode-se dizer que aqueles que eram livres do modo de pensar racionalmente baseado na chamada tradição europeia foram submetidos a um processo para se tornarem submissos a essa concepção de mundo. A diversidade deu lugar à tentativa de unidade do pensamento.

Para Nietzsche, a concepção de modernidade imposta no Ocidente europeu, que se coloca como o mais desenvolvido, apenas reproduz saberes dogmáticos, contrários a um modo de vida criativo e autêntico. Para justificar as invasões nos demais continentes, os europeus consideraram apenas a si mesmos como modernos. O não europeu é colocado à margem dessa modernidade e, geopoliticamente, está localizado em um lugar que lhe foi imposto como sendo de subalternidade. Ainda hoje muitos são submetidos à mesma mentalidade colonial outrora estabelecida. Ela se fundamentou na violenta imposição de saberes e valores morais que se perpetuam em nossa realidade cotidiana por via das instituições hierárquicas predominantes por todo o mundo ocidental. Em outras palavras, apesar de não se encontrarem geopoliticamente situadas na Europa, a maioria das sociedades reproduzem os mesmos interesses e concepções ideológicas/políticas de seus invasores, mantendo-se cativa, uma vez que é obediente aos poderes do Estado, ou seja, às instituições oriundas do ideal colonial.

Entre os nossos ainda persistem aqueles que se deixam manipular pela cultura imposta com a colonialidade, assim como os que resistem e militam contra ela. Estar submetido significa não compreender que a cultura, em termos gerais, tem como fundamento principal a perspectiva eurocêntrica. Pensar o espírito cativo em nosso contexto é concebê-lo como alguém que aceita integralmente aquilo que foi denominado modernidade sob a ótica eurocêntrica, isto é, sob o discurso colonial. Tal postura implica reconhecer a si mesmo como subalterno e atrasado, conforme a definição estabelecida pelos invasores.

Na contramão desse processo, na atualidade também pode-se interpretar como espírito livre aquele que adota atitudes e pensamentos decoloniais, isto é, que resiste intelectualmente e fisicamente ao sistema colonial. O espírito livre é aquele que traça seus próprios caminhos e busca um conhecimento que ultrapasse as fronteiras impostas. Nesse sentido, pensar por si mesmo exige esforço; por isso, para desvencilhar-se de toda educação e de todo conhecimento recebidos como verdades epistêmicas universais, torna-se necessário assumir a condição de espírito livre.

Demarcando uma atuação contrária à colonialidade, tanto aqueles que assumem uma postura militante contra o sistema quanto os que produzem reflexões intelectuais escritas na mesma direção de combate podem ser compreendidos como sujeitos inseridos nesse espaço de resistência que caracteriza a decolonialidade. Trata-se, portanto, de uma atitude política, que pode manifestar-se no campo teórico ou prático. Em outras palavras, com as invasões de 1492 instaurou-se um amplo processo de resistência ao sistema imposto pelo homem branco europeu. Assim, aqueles que o enfrentam com o próprio corpo — por vezes entregando a vida, por vezes organizando quilombos e mucambos — também podem ser concebidos como sujeitos decoloniais e verdadeiros espíritos livres, independentemente da época em que viveram.

Intelectuais que desenvolvem uma produção teórica refletindo a condição imposta a todos os povos dos territórios invadidos — como, por exemplo, indígenas e negros no Brasil e África — também podem ser compreendidos como decoloniais e espíritos livres. Em síntese, ser decolonial significa trazer à luz novas vertentes epistemológicas silenciadas no processo de colonialidade, além de resistir fisicamente a todo esse sistema, o que converge com a concepção nietzschiana de espírito livre na modernidade. No entanto, é necessário destacar que a decolonialidade não se limita a uma postura teórica ou acadêmica: trata-se de um movimento que envolve práticas sociais, políticas e culturais voltadas à desconstrução das hierarquias coloniais e à afirmação de saberes historicamente marginalizados. Assim, a decolonialidade

não se constitui num projeto acadêmico que obrigaria aqueles que a adotassem a citar seus autores e conceitos chaves, nem se constitui numa espécie de universalismo abstrato (um particular que ascende à condição de um desígnio universal global). Caso isso ocorresse, estaríamos nos deparando com um novo colonialismo intelectual não mais da Europa, mas da América Latina (BERNADINHO-COSTA, GROSFOGUEL, 2016, p.19).

Não é necessário seguir apenas uma produção teórica específica; quem determinou algo como universal foi justamente o europeu. Nesse sentido, o ponto central do debate é a valorização de uma diversidade epistêmica em oposição a um pensamento único, dado como artigo de fé. Os teóricos decoloniais concordam que não se trata de defender um pensamento

único, seja europeu, ameríndio ou africano, mas sim de buscar uma pluralidade epistemológica. Esse seria o primeiro passo para tal demanda em prol dos espíritos livres nas culturas outrora colonizadas.

A posição intelectual de Nietzsche sempre foi crítica da tradição filosófica ocidental de origem socrático-platônica, bem como da narrativa judaico-cristã. Inclusive, em todo o percurso de suas obras, o filósofo critica aqueles que são submissos ao sistema teórico/racional do Ocidente, como o filisteu da cultura. O termo *Bildungsphilister*, traduzido como “filisteu da cultura”, circulava nos meios acadêmicos da época de Nietzsche. Ele designava o indivíduo formado sob a tutela da pátria nacionalista, representando o tipo que via a Alemanha como portadora de uma cultura grandiosa. Trata-se de uma figura inteiramente subordinada aos interesses do Estado. A partir desse modelo, dominante em determinado contexto cultural, não se abre espaço para o surgimento de algo novo, pois ele permanece constantemente condicionado às normas que lhe são impostas, no caso, da França. Dessa forma, para Nietzsche, o filisteu da cultura se afasta da noção de criação autêntica e livre. Aqueles que permanecem ligados às visões epistemológicas e estruturais da colonialidade se caracterizam por essa mesma atitude de submissão de espírito, isto é, de dependência intelectual a um sistema.

Entre nós, os espíritos cativos ainda são a maioria: não lutam contra as estruturas dominantes, o Estado e a Igreja outrora impostas pelo colonialismo, acomodaram-se a elas. A decolonialidade, por sua vez, reconhece que a hegemonia epistêmica dessa mesma Europa criticada por Nietzsche se perpetuou até os dias atuais, possibilitando, assim, uma epistemologia específica que prejudica o conhecimento de nossa própria história.

O interessante no debate de Bernardinho-Costa e Grosfoguel (2016), que pode complementar a ideia nietzschiana do significado de espírito livre, ocorre porque eles trazem à pauta uma diversidade epistemológica como solução para os problemas e consequências da colonialidade, isto é, das invasões europeias. Assim como Nietzsche, eles problematizam todo tipo de conhecimento universalista, inclusive o decolonial, caso venha a se impor da mesma maneira outrora feita pelos europeus. Portanto, a decolonialidade não trata de uma exaltação do pensamento provinciano, decretado enquanto verdade absoluta, mas sim do reconhecimento de que há outras formas de conceber o pensamento, bem como da possibilidade de um diálogo entre essas diversas epistemes existentes. Eis aqui o verdadeiro significado do espírito livre: cria para si valores a partir de uma amplitude vivencial e intelectual, retira deles suas próprias concepções epistemológicas, ou seja, não acata como universal nenhum valor ou saber dado pelo seu contexto.

2. O “cidadão de bem”: uma expressão legítima do espírito cativo contemporâneo

De acordo com Nietzsche, o tipo cativo era a maioria em sua época, mas como seria nos dias de hoje, em um contexto brasileiro? Os debates decoloniais não deixam de afirmar que a maioria ainda está presa à cultura europeia, ou seja, aos mesmos modos operantes do pensamento criticado por Nietzsche. Em complemento a essa problemática, destaca-se o debate do professor José Fernando Andrade Costa, doutor em psicologia social. Acerca das questões políticas que envolveram o Brasil nos últimos anos, com a ascensão da extrema-direita que levou à eleição presidencial de seu representante, Jair Bolsonaro, no governo entre 2018 e 2022, tal debate colabora para nossa hipótese de que o espírito cativo é justamente um tipo submisso ao conhecimento das massas, ligado aos ideais cristãos. Esse não pensa por si próprio, reproduz interesses específicos de grupos dominantes e do sistema econômico vigente.

O espírito cativo fundamenta-se moralmente em determinados hábitos. Mais especificamente, encontra-se vinculado aos valores do cristianismo e, por essa razão, coloca-se constantemente em oposição à diversidade que eventualmente possa surgir. Nesse contexto, no Brasil manifesta-se a figura do chamado “cidadão de bem”, que representa de forma exemplar o nosso espírito cativo. No artigo “Quem é o ‘cidadão de bem’?” — publicado em 2021 pela revista *Psicologia USP* —, José Fernando Andrade Costa analisa o falso moralismo que caracteriza essa figura. Segundo o pesquisador: “enquanto a noção moderna de cidadania exige a generalização de determinado status político (‘cidadão’), a complementação retórica (‘de bem’) supõe uma hierarquia moral” (COSTA, 2021, p. 1). Sob a perspectiva nietzschiana, o “cidadão de bem” pode ser identificado como equivalente ao *Bildungsphilister* — o filisteu da cultura — e ao espírito cativo. Trata-se daquele que se apropria de elementos culturais externos com a pretensão de dominá-los e que, diante da alteridade, posiciona o outro em condição de inferioridade. Sobre tal tipo, Nietzsche afirma em sua obra *David Satriau, o confessor e o escritor* (DS):

Honestamente falando: o que vimos foram pernas de barro, e o que nos aparecia com a cor sadia da carne era apenas um revestimento branco de cal que fora repintado. Certamente a cultura filisteia alemã fica indignada quando se fala de imagens de ídolos repintados, onde ela vê um deus vivente. Quem, no entanto, ousa derrubar suas imagens dificilmente temerá dizer a ela, na cara, apesar de toda indignação, que ela mesma desaprendera a distinguir entre vivo e morto, autêntico e inautêntico, original e cópia, deus e ídolos, e que com ela se perder o instinto saudável e viril do real e do justo (DS, §12, pp.120-1).

Esse tipo que se autointitulou “de bem” traz consigo um discurso empregado por um grupo que se colocou acima dos demais em uma escala hierárquica moral⁹. Assim, ele também se reconhece como sendo o único digno de ser respeitado, pois considera estar em uma posição de superioridade moral. Para o autor, aquele que é inimigo pode ser hostilizado, violentado e caberia até a justiça pelas próprias mãos por parte daquele que é cidadão. Assim, “tal violência opera a partir de um saber discriminador que pressupõe a classificação arbitrária entre quem é considerado ‘cidadão’ e quem é considerado ‘inimigo’” (COSTA, 2021, p. 4). Além disso, o pesquisador afirma que tal processo contribuiu para legitimar a violência policial e os linchamentos públicos, concebidos como práticas destinadas à manutenção dos chamados “bons costumes”.

Nota-se que o “cidadão de bem” se distancia veementemente do que seria um espírito livre, se aproximando do cativo. Sem exames e nem reflexões, ele concorda com o poder vigente e com a moralidade gregária estabelecida por seu meio, inclusive seu desejo é o de reaver antigos hábitos contrários às mudanças alcançadas como resultado de muitas lutas. Ele segue à risca o Estado moderno. Acrescenta-se a isso que

no plano discursivo, as tentativas de argumentação formuladas a partir da figura do “cidadão de bem” incorrem sempre em falácias. Revelam, portanto, o erro de raciocínio (nem sempre evidente) contido na enunciação da figura do “cidadão de bem” em tentativas efetivas de argumentação, uma vez que um argumento é falacioso quando recorre a premissas insustentáveis. Isso ocorre sempre que a figura do “cidadão de bem” é utilizada como um argumento positivo em uma enunciação que visa justificar racionalmente uma desigualdade ou a violência e segregação social cotidiana. São exemplos desse procedimento frases como: “o cidadão de bem está preso em casa, enquanto os bandidos estão soltos”, “o pessoal dos direitos humanos não quer saber da família do cidadão de bem”, “o governo desarmou o cidadão de bem, mas protegeu a bandidagem”, “se fosse um cidadão de bem, não teria sido abordado pela polícia”. Em todas essas afirmações, o aspecto falacioso consiste em inventar e pressupor um cidadão superior, moralmente mais elevado, com mais direitos e, portanto, negar o próprio cerne da cidadania, que consiste na generalização de um status comum. Em vez de afirmar a cidadania, revela a existência do anticidadão (COSTA, 2021, p. 6).

Nietzsche manteve constante crítica ao chamado homem erudito. Exemplos como David Strauss, Hegel e, de modo geral, os professores universitários de sua época — especialmente na Alemanha — são, em sua perspectiva, expressões de uma modernidade

⁹ No Brasil, a ascensão desse grupo político conservador, de caráter fascista, ocorreu principalmente em razão da disseminação de notícias falsas (Fake News) nas redes sociais, o que levou uma ampla parcela da população a aderir ao pensamento propagado por líderes da extrema-direita. O pesquisador interpreta esse fenômeno como uma patologia social generalizada. A figura do “cidadão de bem” ganhou grande repercussão em oposição aos governos anteriores a Jair Bolsonaro, conduzidos por Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT).

equivocada no que concerne à noção de progresso. Para o filósofo, é fundamental que um povo desenvolva sua própria cultura e pensamento intelectual sem recorrer à importação de modelos estrangeiros ou à submissão a projetos de doutrinação promovidos pelo Estado ou pela Igreja. A concepção de progresso sustentada pela modernidade europeia é, portanto, radicalmente rejeitada por Nietzsche. Em outras palavras, ainda que suas críticas se dirijam diretamente aos alemães, sua obra permite refletir sobre a Europa em geral, que, amparada nesse ideal de modernidade, colonizou e subjugou diversos povos, sem jamais poder ser considerada, à luz da filosofia nietzschiana, como verdadeira detentora do progresso.

A ideologia da meritocracia, ao desconsiderar a origem das condições hierárquicas, ignora o fator histórico fundamental ligado à colonização, responsável por definir quem exerce o poder e quem deve obedecer, isto é, quem estabelece os valores e as regras e quem se vê compelido a segui-los. Nesse sentido, o “cidadão de bem” coloca-se em uma posição de poder em detrimento do outro — não por acaso, frequentemente o negro, a mulher e os indivíduos pertencentes às classes menos favorecidas historicamente.

O ideal colonial consistia em convencer a todos de que esse processo se realizava em nome de uma cultura superior — a europeia. Nesse sentido, transformar os povos colonizados em espíritos cativos tornou-se a máxima legitimada por esses Estados, tanto dentro quanto fora de seus territórios. Em outras palavras, com a colonialidade os valores europeus ultrapassaram seus próprios limites e foram impostos a sociedades cujas formas de organização eram totalmente distintas e independentes desse sistema. Mesmo com o fim do processo de ocupação dos territórios alheios, a herança colonial não se desfez. Moraes (2020, p. 4) reafirma essa ideia da seguinte maneira: “A política usada pelas metrópoles nas colônias tem semelhanças com a utilizada atualmente nas favelas, periferias e florestas do Brasil”.

Defende-se aqui que o ideal de “cidadão de bem” é o que mais configura e reafirma a posição do espírito cativo na atualidade que nos cerca. Ele valida valores europeus ligados ao conservadorismo, impossibilitando um pensamento próprio. Além disso, também coloca as instituições cristãs como autoridade máxima que deve ditar as regras junto ao Estado antidemocrático.

O “cidadão de bem” visa reaver a manutenção da chamada modernidade em seu sentido original. Em outras palavras, ele está de acordo e quer manter a ideia de homem difundida na cultura ocidental, que exalta determinados ideais. Seus valores e sua moralidade se relacionam com a idolatria a tudo aquilo que tornou a cultura gregária. Esses tipos constituem a grande parcela da sociedade, inclusive para além dos “cidadãos de bem”, já que muitos, apesar

de não se autointitularem assim, ainda cultivam valores impostos pela relação de poder entre mando e obediência. Seguindo esse raciocínio, para aqueles que detêm o poder, o ser humano deve ser um animal obediente ao sistema no qual se está inserido.

Incapaz de pensar por si próprio, de criar novos valores a partir de uma racionalidade e independência do espírito, o “cidadão de bem” se embasa no conservadorismo moral. Esse aceita a história legada por um pequeno grupo. Esse pensamento defende como verdade absoluta valores coloniais hierárquicos. Aqui, o conhecimento também está a serviço desse mecanismo de poder. Em suma, nega quaisquer epistemologias que não partam das antigas estruturas de poder.

A modernidade não surgiu de um progresso, mas de uma invenção. No entanto, a defesa de privilégios impostos socialmente, que ocorreu em dado período da nossa história correspondente às invasões europeias, se estabelece entre aqueles que são cativos. É nesse sentido que, a designação “cidadão de bem” é “utilizada como verniz retórico de uma medida que tende a favorecer [...] apenas os segmentos já privilegiados da sociedade – homens brancos e de classe média-alta” (COSTA, 2021, p.4).

Em síntese, o problema fundamental consiste na permanência, em nosso cotidiano social, de ideais de poder outrora empregados para subjugar o ser humano, ainda hoje sustentados por determinados grupos. Tais relações reafirmam uma lógica cultural que tende a homogeneizar o diverso, submetendo aquilo que antes se apresentava como múltiplo ao domínio do universal. Em termos nietzschianos, trata-se do processo pelo qual o que se encontrava livre é convertido em cativo.

Considerações finais

O espírito livre, em termos nietzschianos, jamais alcança um estado de perfeição e tem plena consciência dessa condição. Reconhece os limites impostos pelo acaso que o envolve e, ainda assim, assume a responsabilidade de agir da melhor forma possível diante das circunstâncias. Em contraste, o homem moderno — descrito por Nietzsche como dogmático e idealista — insiste em negar o caráter inacabado da existência, sustentando, por meio da fé, a possibilidade da verdade absoluta e da perfeição. Em síntese, para que a liberdade concebida por Nietzsche se realize, torna-se indispensável uma luta contínua contra todas as forças que aprisionam o ser humano e o reduzem à condição de dogmático, especialmente os valores oriundos da tradição ocidental, vinculados ao cristianismo institucional e aos interesses do Estado burguês.

O homem europeu e branco determinou o que era digno de ser apresentado como verdade suprema dentro das instituições criadas por ele e sua lógica se mantém até os dias atuais, sendo pouco questionada. Por definição, quaisquer outros conhecimentos não oriundos de seu próprio campo de experiência — sejam de outras nações, povos ou até mesmo de outro gênero — são tidos como não-saber.

Em *HH I*, Nietzsche não vê como possível que uma nação se aperfeiçoe por meio da guerra, das armas ou da obediência às hierarquias, mas sim através da liberdade de espírito. É preciso desobedecer para ser um espírito livre. Além disso, é necessário desvincular-se de toda metafísica cristã. Ora, é exatamente isso que nos ensina o pensamento decolonial. Aquele que é decolonial também pode ser chamado de espírito livre, nos moldes nietzschianos, pois compreende a problemática da universalidade dos saberes e dos valores morais e cria sua própria concepção de mundo a partir de elementos não impostos, mas investigados com cautela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Andrade Fernando José. “Quem é o ‘cidadão de bem’?” *Psicologia USP*, v. 32, pp. 1-10, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/wZ8DHtsYrgSc7tTZKJZSszS/?lang=pt>. Acesso em: 18/12/2025.

COSTA-BERNARDINHO, Joaze; GROSGUÉL, Ramón. “Decolonialidade e perspectiva negra”. *Sociedade e Estado*, v. 31, n.1, pp.15-23, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22/11/2025.

GROSGUÉL, Ramón. “A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI”. Trad. Fernanda Miguens, Maurício Barros de Castro e Rafael Maieiro. *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 31, n. 1, pp. 25–49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 22/11/2025.

LANDER, Edgardo. “Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, pp. 07-24. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624092356/4_Lander.pdf. Acesso em 01/11/2025.

MÉTAYER, Guillaume. “Da liberdade do espírito”. *Estudos Nietzsche*, v. 13, n. 2, 2022, pp. 174-194. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/estudosnietzsche/article/view/40170/26756>. Acesso em: 10/11/25.

MIGNOLO, Walter. “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber:*

eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, pp. 33-49. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 22/01/2025.

MORAES, Wallace dos Santos. “A Necrofilia Colonialista Outrocida no Brasil”. *Estudos Libertários*, UFRJ, Vol. 2. n.3; Ed. Especial, n.1. pp. 1-19, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/34104>. Acesso em 15/03/2025.

NIETZSCHE, Friedrich. *I Consideração Extemporânea*: David Strauss, o confessor e escritor. Trad. de Antonio Edmilson Paschoal. São Paulo: Martins fontes, 2020.

_____. *III Consideração Extemporânea*: Schopenhauer Educador. Trad. Giovane Rodrigues e Tiago Tranjan. São Paulo: Mundaréu, 2018.

_____. *Humano, Demasiado Humano*: um livro para espíritos livres. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *O Nascimento da Tragédia*: ou Helenismo e Pessimismo. Trad. de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. “Sobre o Futuro dos Nossos Estabelecimentos de Ensino”. In: _____. *Escritos sobre Educação*. Trad. de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, pp.117-142. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/14084/1/colonialidade.pdf>. Acesso em: 05/11/2025.